

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº61 - AGOSTO - PORTO VELHO, 2002

ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História

ARNEIDE CEMIN - Antropologia

ARTUR MORETTI - Física

CELSO FERRAREZI - Letras

FABÍOLA LINS CALDAS - História

JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia

MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação

MARIO COZZUOL - Biologia

MIGUEL NENEVÉ - Letras

VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

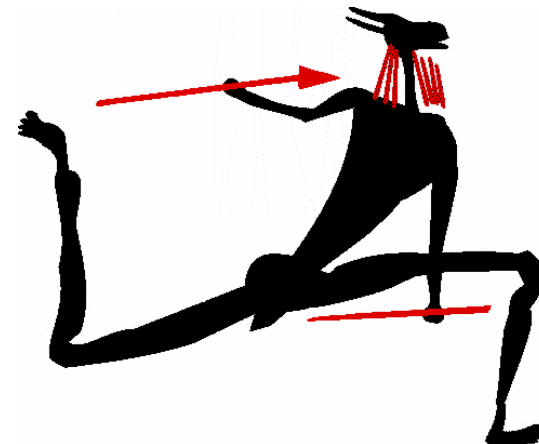
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

61



**HISTÓRIA E LITERATURA: DO PRAZER AO
PODER**

AVACIR GOMES DOS SANTOS



Avacir Gomes dos Santos

Professora do Departamento de Educação - UFRO

ava@unir.com.br

HISTÓRIA E LITERATURA: DO PRAZER AO PODER

Os pedestres na rua fazem caminhar a floresta de seus desejos e interesses". (De Certeau: 1994)

Vivemos num período de transição, não apenas no que se refere ao alvorecer de um novo século, mas também em relação aos valores, as subjetividades, as crenças, as idéias enfim as percepções de mundo.

Enquanto a sociedade, a família, a Igreja, o Estado e outras formas de instituições estão passando por processos revisionistas, a educação, em termos de discurso corrobora a sua importância neste o novo milênio. No entanto, muito falta ser feito para que o acesso, a permanência e o sucesso escolar sejam direitos garantidos de fato para todas as crianças.

No imaginário coletivo existe a crença de que a educação é fator imprescindível à ascensão social, a melhoria de vida. Essa crença é traduzida no esforço dos pais por manter os filhos na escola durante anos. As pesquisas referentes à educação estão voltadas para temáticas tais como: planejamento, administração escolar, metodologias, técnicas, formas de avaliação, psicogênese da linguagem, relação professor e aluno e, o que atualmente está fazendo parte das agendas de discussões – a formação docente. As questões que envolvem o imaginário social, as mentalidades, a história oral, as análises discursivas constituem um terreno pouco explorado na educação através da pesquisa científica.

Quais as compreensões que os professores formulam sobre o seu trabalho? Como essas construções influenciam no cotidiano profissional, pessoal e nas relações que são estabelecidas entre professores e alunos na sala de aula e fora dela? Quais as concepções epistemológicas de mundo, homem, natureza e da própria educação que o professor possui e transfere para os alunos através da sua postura profissional? Como os alunos se apropriam do conhecimento escolar e o transfere para o seu cotidiano? Como perceber as formas de manifestações discursivas transferidas às práticas pedagógicas? São elas: correspondentes, exclusivas ou contraditórias?

Esses questionamentos e tantos outros relacionados à subjetividade do fazer pedagógico necessitam ser transformados em objeto de estudo. Porque a complexidade da práxis pedagógica vai além do entendimento e da aplicabilidade de adequadas técnicas e métodos de ensino.

As idéias de que a relação professor e aluno extrapolam, na sala de aula, os ditames do pragmatismo educacional, que o professor possui uma identidade social e individual, as quais impregnam sua prática docente são temas fundantes para compreensão da totalidade do processo de construção do conhecimento por parte daquele que ensina e daquele que aprende.

Do rol de disciplinas que compreende o currículo escolar a História e a Literatura se apresentam como as mais propícias ao entendimento dessas questões, pois através da aplicação destas o professor revela as suas ideologias, suas crenças e seus valores, enfim sua compreensão de mundo.

Como afirma Japiassu: "a história, ao desprender-se do mito de uma encarnação do espírito no tempo, ao desvincular-se das ilusões de uma busca dos "acontecimentos", constitui-se e se impõe como um grandioso estudo crítico das mentalidades e das atividades comuns dos homens"(1994; 23).

À primeira vista história e literatura são vistas de formas diferentes como áreas do conhecimento. A história é objetiva. A literatura subjetiva. A história tem por objeto de estudo o passado. A obra literária é reconhecida como tal quando antecipa o devir, o futuro. A história tem por pressuposto a verdade. A literatura é ficcional. A história forma e informa. A literatura distrai. A história tem um discurso oficial. Na literatura o discurso é polifônico. A história atrai pelo poder do saber. A literatura pelo prazer. A história conduz o leitor à saída do labirinto. A literatura é o fio de Ariadne.

A relação entre literatura e história não é feita apenas de paradoxo. Ambas, como as concebemos na cultura ocidental cristã, são construções discursivas da ciência, que ganharam forma durante o século XVII, e se enquadram no ramo das ciências humanas. A literatura e a história se materializam no jogo e no trato das palavras. A narrativa é a base desses conhecimentos. Tanto a literatura quanto a história fazem parte do rol do currículo escolar, assim, possuem o conhecimento teórico, que é traduzido em conhecimento escolar.

Literatura e história não se excluem, mas também não se completam. No entanto podem ser consideradas como via dupla do conhecimento humano. Por não ter um contrato assinado com a verdade absoluta a literatura a tem liberdade da *poiesis*. Diferente da história, que mesmo se livrando do discurso oficial não se livra do monstro da verdade.

Nosso objetivo neste trabalho é demonstrar os elementos que constituem a formação discursiva da história e da literatura, enquanto construções humanas, práticas discursivas elaboradas pelo homem, através da interação com outros homens. E que assim, revela sua identidade e subjetividade num determinado tempo histórico e lugar social.

A história compreendida como a ciência do passado é uma idéia ultrapassada. De acordo com Marc Bloch, a história seria antes de tudo uma investigação. O objeto da história é o homem. "Melhor os homens. Mais do que o singular, favorável a abstração, convém a uma ciência da diversidade, o plural, que é o modo gramatical da relatividade" (1976; p.28).

O registro dessa investigação, ao ser publicado tende a ser transformar em verdade histórica, única, pronta e acabada. Principalmente nas publicações destinadas à clientela estudantil. O caráter diverso da história, enquanto conhecimento escolar dependerá da concepção de mundo do professor.

Muitos acreditam que a função do historiador é a de estabelecer o acontecimento e enumerar as suas causas e obviamente as conseqüências do fato histórico. Esta concepção é reducionista do *myster* do historiador, que busca a compreensão da história. Como afirma Bloch: "a questão numa palavra, já não é a de

saber se Jesus foi crucificado e depois ressuscitou. O que se pretende compreender, de agora em diante, é como há tantos homens que crêem na Crucificação e na Ressurreição” (1976; 33).

A busca dessa compreensão passa pelo entendimento da análise do discurso, como o personagem Jesus foi elaborado, quais as condições de produção que influenciaram essa construção. Como as escritas dos apóstolos mesmo contraditórias são aceitas como verdades absolutas e analisar como o processo de escrita transfere as gerações futuras o pensamento das gerações passadas.

Para os que defendem a história como ciência do passado, a fonte é o documento, preferencialmente o escrito e oficial. No entanto essa fonte não é um postulado de verdade, como pensavam os positivistas. O documento pode ser percebido como um vestígio do passado, mas não sua configuração, pois o documento é por sua imanência um discurso produzido intencionalmente pelas gerações passadas, geralmente com vista a auto glorificação. O historiador não ressuscita o passado, ele ainda permanece imutável. O que é plausível de mudança é o conhecimento construído do passado. Cada nova geração direciona um olhar diferente ao seu passado.

Em princípio, é necessário ampliar a noção de documento para as diversas formas utilizadas para marcar os vestígios humano, como a arte, a arquitetura, a literatura, a linguagem (oral, escrita, simbólica). Sendo o documento resultante da construção humana e social, cabe ao historiador saber ler o que o texto (documento) deixa entender sem ter tido o interesse de demonstrar. O documento não fala por si. O historiador é que o faz falar. Nesse sentido o mesmo documento pode ser utilizado para fins diferentes dependendo da posição ideológica do historiador.

Um documento que registra um assassinato, contém um fato. A análise desse fato será diferente tantos quantos forem os seus olhares. Como afirma Bloch, que um homem tenha assassinado outro homem é um fato, mas castigar o assassino supõe que se considere esse fato como coisa condenável, o que não passa de uma opinião, (1976; 122), com bem acreditava Raskólnikov, uma opinião em que não estão de acordo nem todas as civilizações nem tão pouco todas as culturas. Antes do final do século XVIII, toda obra de linguagem existia em função de uma determinada linguagem muda e primitiva. De acordo com Foucault a obra seria encarregada de restituir essa linguagem muda, linguagem anterior às linguagens, era a palavra de Deus, dos antigos, a verdade, o modelo, a Bíblia, dando a essa palavra seu sentido absoluto, isto é, seu sentido comum. Havia uma espécie de livro prévio, que era a verdade, a natureza, a palavra de Deus, que, de certo modo, ocultava e pronunciava toda a verdade. Essa linguagem soberana e resguardada era tal que, por um lado, qualquer outra linguagem, toda linguagem humana, quando queria ser uma obra, devia simplesmente retraduzi-la; por outro lado, essa linguagem de Deus, da natureza, da verdade era oculta. Era o fundamento de todo desvelamento e, no entanto, era oculta. Não podia ser transcrita diretamente. (200; 152).

Essa idéia transferida para literatura permaneceu até o advento da ciência que outorgou os vários discursos sobre o homem moderno. A literatura mesmo sem carregar o peso da objetividade científica ocidentalizada, que atormenta o *mister* do historiador, também é resultante da construção humana e social, e traz

consigo aspectos imanentes de sua caracterização. Há no imaginário coletivo social a crença de que uma obra literária é concebida de forma “naturalizada” pelo seu autor, assim como Maquiavel se transfigurava num nobre para poder escrever ao príncipe.

De acordo com Foucault é preciso abandonar a idéia preconcebida de que a literatura se fez de si própria. Segundo a qual ela é uma linguagem um texto feito de palavras. A literatura é feita de algo inefável, de algo que poderia se chamar de fábula, no sentido rigoroso e originário do termo (2000; 141). Por conseguinte as fábulas, os mitos, as lendas, as narrativas marcam as gêneses da literatura e da história.

O que faz uma obra ser considerada literatura? O paradoxo da obra reside no fato de só ser literatura no exato momento de seu começo, na página em branco. Toda obra não é a realização da literatura, mas sua ruptura, sua queda, seu arrombamento. Qualquer palavra é um arrombamento. Para Foucault é obra literária aquela que ainda não foi escrita (2000; 142).

A literatura e a história, como as percebemos na atualidade são construções formalizadas do século XVIII, através do discurso da ciência. De acordo com Foucault a institucionalização da literatura, passa pela recusa da própria literatura, em quatro negações: recusar da literatura dos outros, recusar aos outros o próprio direito de fazer literatura, recusar, contestar a si mesmo o direito de fazer literatura e recusar fazer ou dizer, outra coisa que não o assassinato sistemático da literatura. (2000; 144). Em suma a literatura é a negação da própria negação, materializada no devir.

Sobre a definição de literatura, Foucault nos dirá que “nada que uma obra de linguagem é semelhante àquilo que se diz cotidianamente. Nada é verdadeira linguagem. Não há uma única passagem de uma obra que possa ser considerada extraída da realidade cotidiana” (200; 144). Não é preocupação da literatura explicar o cotidiano do presente. Basta acompanharmos Michel, andando pela Paris no século XX, para compreender que o tempo da literatura é o devir.

A idéia de virtualidade da obra literária é desenvolvida por Jauss em suas teses. Para Jauss o caráter artístico de uma obra não tem de ser sempre e necessariamente perceptível de imediato no horizonte primeiro de sua publicação. O significado virtual de uma obra de arte permanece por muito tempo desconhecido, até que a “evolução literária” tenha atingido o horizonte no qual a atualização de uma forma mais recente permita, encontrar o acesso à compreensão da mais antiga e incompreendida (1994; 44).

Toda obra diz o que ela diz, o que ela conta, sua história, sua fábula, além disso, diz o que é a literatura diz através da unidade conteúdo e retórica. O real e a linguagem são utilizados como pano de fundo. Para Foucault não há ser da literatura, há simplesmente um simulacro que é todo o ser da literatura (2000; 146). O fio condutor da linguagem literária pode ser o autor, o narrador e também o próprio leitor. Existem diversos modos de linguagem, tanto quanto os gêneros literários. No entanto gostaríamos de destacar neste trabalho o estilo polifônico de Dostoiévski, tão bem compreendido por Bakhtin.

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plivalentes constituem, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolvem nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciência equípolentes (Equipolentes são consciências e vozes que participam do diálogo com as outras

vozes em pé de igualdade; não se objetificam, isto é, não perdem o seu ser enquanto vozes e consciências autônomas) e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimentos, mantendo a sua imiscibilidade. Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais são, em realidade, não apenas objetos do discurso do autor, mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente proferidos pelos seus próprios sujeitos. (BAKHTIN: 1997; 4).

Dostoiévski é o criador do romance polifônico, segundo Bakhtin; por isto sua obra não cabe em nenhum limite, não se subordina a nenhum dos esquemas históricos - literários. Suas obras marcam o surgimento de um herói cuja voz se estrutura do mesmo modo como se estrutura a voz do próprio autor no romance comum. A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor (BAKHTIN: 1997; 5). Na concepção de Jauss, a obra de Dostoiévski definiu um novo desvio na arte literária.

A voz da história é a voz monológica, única, do herói vencedor e moralista, de preferência branco, homem e ocidental. A história necessita dar voz as vozes que ela mesma fez calar através de sua objetividade científica. Tornar-se um discurso polifônico como nos romances de Dostoiévski, construir um discurso polifônico eis o desafio para a história e o ensino da história neste novo século.

Procuramos relacionar algumas das questões mais decorrentes da história e da literatura a fim de que possamos compreender a formação discursiva dessas áreas do conhecimento humano, e de buscar entre elas uma interrelação que pudesse ser materializada no ensino escolar.

Essa relação é algo que tem chamado atenção desde de Aristóteles. Na "Poética", capítulo IX, ele define essa relação da seguinte forma: "Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu, é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não difere o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderia ser postos em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fosse em verso o que eram em prosa – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por "referir-se ao universal" entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; particular; pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu" (1993; 53/5).

Os gregos tinham preferência pela poesia e com certeza a subjetividade da poesia nos fala mais do homem do que a objetividade da história. Porém, não cabe a história julgar o certo e o errado, a verdade e a mentira, o bem e o mal, as trevas e a luz, como verdades inquestionáveis com base no acontecido.

Ao *mister* do historiador cabe compreender as ações humanas. Essa busca incessante implica na consideração ao conhecimento das ciências além da histórica. Pois a história não é uma ciência, mas parte de um discurso outorgado pela ciência ocidental, assim como o discurso da biologia, da matemática, da física, da lingüística. A ciência, segundo Marc Bloch, "só decompõe o real para melhor poder observar, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e se interpenetram. O perigo só começa quando cada projetor pretende ser o único a ver tudo" (BLOCH: 1976; 131).

A história precisa aprender com a literatura algumas lições. Uma delas é o de dar voz aos inúmeros autores da história e não apenas aos personagens principais. E a questão não é apenas de dar voz aos marginalizados ou esquecidos da história, como pretende os defensores da "Escola dos Annales", mas de demonstrar a efervescência das vozes no cotidiano social, local de materialidade da história.

Na sala de aula o aluno não se identifica com a história, por que a voz que ele ouve é a dos reis, presidentes, militares, religiosos e cientistas, e num tom quase sempre castrador, moralista e profética. Neste espetáculo cabe ao aluno apenas o papel de espectador. Na literatura, ao contrário, o leitor se identifica com os personagens, as emoções são afloradas a cada instante. Dificilmente alguém lembrará do primeiro livro de história, mas com certeza mantém vivo na memória o primeiro livro de literatura. "Cazuza" de Viriactto Correa, guardo-o como um bilhete de entrada no mundo.

O tempo da literatura é o devir, o amanhã, o futuro, pronto para ser materializado. O tempo da história é o tempo passado, o ontem, pronto para ser ressuscitado. Pensar a história como passado é prende-la num cemitério. Pelo contrário o tempo da história é o tempo presente. Na habilidade de apreender o que é vivo é que reside a qualidade do historiador. O historiador não pode fechar os olhos para o presente, pois é nele que o passado se materializa.

A lição temporal implicaria á historia uma transformação por completo no seu conjunto epistemológico. No entanto a história precisa transpor-se para o presente. A história acontece no presente, no aqui e agora. Passado e presente ocupam o mesmo espaço. O tempo passado, como fim em si mesmo não traz grandes significados, mas a percepção de suas marcas no presente é muito mais elucidativo.

A dinâmica temporal histórica obedece aos ditames da ciência, que procura quantificar e medir algo criado cultural e socialmente pelo homem. O tempo enquanto imanência não existe. Na literatura essa ótica é ignorada. Um romance pode começar com a morte do personagem, com a cena de um crime, com a revelação de um mistério, ou com as reminiscências do narrador: "Durante muito tempo, deitava-me cedo". Início, meio e fim são relativos na obra literária. A história, principalmente enquanto disciplina apegar-se a linearidade a fim de garantir a sua compreensão, através da ótica causa e consequência.

A proposta de diálogo entre história e a literatura, é aqui defendida como abertura de possibilidades ao enriquecimento dessas áreas enquanto disciplinas escolares. E o professor na sala de aula carrega nos ombros o fardo da história que quer ser verdadeira, universal e natural.

A busca do diálogo entre as várias áreas do conhecimento humano não mata suas particularidades, mas faz compreender que a ciência é a fonte dos conhecimentos oficializados. De acordo com Bloch, o conhecimento dos fragmentos estudados sucessivamente, cada um por si, não proporcionará jamais o conhecimento do todo; nem mesmo o dos próprios fragmentos (1976; 135).

O ensino interdisciplinar da história, não apenas com a literatura, mas com a geografia, a matemática, a filosofia, a química, a informática, a física quântica, a economia, a psicanálise (...) abre a possibilidade do aluno construir uma concepção de mundo mais completa, onde todos os fatores estão intimamente relacionados. Então ele poderá compreender que o holocausto, a globalização, a queimada das florestas, a guerra nas estrelas, o massacre dos sem-terra, a virtualidade, a queda da economia Argentina, a conquista da Lua, o nascimento de Cristo, o projeto genoma, o pedido de perdão do papa aos índios, as olimpíadas,

o sexo, as drogas e o rock, não são desejos dos deuses ou de seus escolhidos, mas sim resultado das relações sociais estabelecidas entre os homens nos diferentes tempos históricos. O homem constrói a história e a sua mudança, permanência, transformação ou perpetuação são decisões tomadas pelo próprio homem.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo, Ars Poética, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiésk**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

BLOC, **Marc**. **Introdução à História**. Portugal: Publicações Europa – América, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Linguagem e Literatura**. In: MACHADO, Roberto. A Filosofia e a Literatura. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2000.

JAPIASSU, Hilton, **Introdução às Ciências Humanas**. São Paulo, Letras & Letras, 1994.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação á teoria literária**. São Paulo, Ática, 1994.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

SUGESTÃO DE LEITURA

*o som
que a pessoa
faz ao ser*

*o tom
tão difícil
de se ter*

*sombra de silêncio
menos que barulho
salto de rã*

nem dá tempo

*de se ver
por isso
dizer é preciso*

*o viver
só não é preciso
o viver*

CARLOS MOREIRA

.